

Política

CONSTITUINTE

ANEXO

Depois de instruir suas lideranças, o presidente passa agora para outra etapa: apelar aos governadores para que convençam os constituintes de seus Estados a suprimir do texto o que classifica como "nocivo". Na página seguinte, a série especial sobre Constituinte.

Sarney apela aos governadores

O presidente Sarney não quer perder tempo nessa etapa de mobilização em que pretende reunir todo apoio necessário para retirar do projeto de Constituição o que classifica como "nocivo à governabilidade do País". E já começou a sondar os governadores. O primeiro foi Álvaro Dias, do Paraná, que esteve ontem no Palácio do Planalto e prometeu ao presidente sensibilizar os constituintes de seu Estado para os planos do governo - desde que isso não comprometa a linha de ação que cada um deles definiu na Assembléa.

Sarney ficou satisfeito, principalmente quando Dias revelou que considera necessária a alteração da anistia fiscal indiscriminada a produtores rurais e micro e médios empresários. "É um contra-senso praticarmos o capitalismo e socializarmos os prejuízos", disparou Dias. Na conversa que pretende ter com os outros governadores, Sarney acredita que possa ser tão bem-sucedido como ontem. "Há muitos pontos convergentes em relação a um grande número de matérias já aprovadas", previu um dos assessores do Planalto.

Mas não será uma tarefa das mais fáceis convencer as lideranças partidárias no que se refere à supressão da maioria dos pontos que o governo considera básicos. O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, por exemplo, já adiantou que não está disposto a fechar acordo com as lideranças do PFL e do governo para suprimir do texto o limite de 12% para a cobrança de juros pelos bancos. No máximo, diz ele, concordaria em transferir o assunto para as Disposições transitórias: "Se os 12% forem suprimidos, dificilmente haverá mobilização suficiente para que o limite seja depois estabelecido pela legislação comum".

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), autor da emenda dos 12%, aceita a transferência proposta por Jobim, mas discorda quando discute a possibilidade de se fixar na lei comum os juros diferenciados - como por exemplo, juros para o crédito direto ao consumidor e juros cobrados em nota promissória. "É bom que a sociedade conviva com taxas de 12% por um período, porque nunca mais aceitará outra coisa", argumenta Gasparian.

Negociações

Apesar do intenso lobby das empresas estrangeiras e da própria Petrobrás, a proibição dos contratos de risco para exploração de petróleo poderá permanecer no texto. O assunto está entre os cinco temas sobre os quais não há qualquer perspectiva de acordo entre PMDB e PFL. A Petrobrás está tentando convencer os constituintes que as empresas estrangeiras já investiram quase 2 bilhões de dólares, sem resultado. O PFL concorda em retirar a proibição, mas o PMDB não abre mão do veto.

Ao lado desse assunto estão também distantes de um acordo o conceito de empresa nacional, reforma agrária, monopólio na mineração e direito de greve. O PFL lutou até ontem para restringir o direito de greve, na tentativa de retirar pelo menos o setor público. Mas já se deu por vencido.

Até o dia 25, portanto, quando deve começar a votação do segundo turno, as lideranças prometem muita discussão. Ainda ontem, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) contestava as acusações de que a Constituinte estará dando um "cheque em branco" ao presidente da República, se deixar passar o artigo 64 que fala em "medidas provisórias com força da lei".



Alvaro Dias



Ulysses

Os militares, mais tranquilos: suas emendas foram acolhidas.

Antes mesmo do início da votação do segundo turno, os ministros militares já conseguiram a garantia de que será suprimido do texto tudo o que queriam. O relator Bernardo Cabral acolheu ontem todas as emendas que eliminam a necessidade da ordem por escrito da autoridade judiciária para o ato de prisão, da mesma forma que rejeitou todas as que suprimiam da nova Carta o artigo que considera inafiançáveis e insuspeitáveis de anistia os crimes de terrorismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e os "hेडिंगos".

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que passou o dia auxiliando o relator, chegou a citar o mesmo exemplo do ministro da Marinha para justificar a necessidade de uma autoridade administrativa poder dar voz de prisão — e não um juiz. Segundo ele, se houver um crime ou a prática de um delito em alto-mar, não

há como esperar pela chegada em terra para prender a pessoa. Assim, com a nova redação, eliminando a palavra "judiciária", o comandante do navio, por exemplo, que será a autoridade competente, poderá prender o infrator.

A decisão do relator Cabral foi acompanhada de perto, ontem, por três assessores do ministro do Exército. Ao final da tarde, diante das garantias de que tudo estava acolhido, eles deixaram satisfeitos o Centro de Processamento de Dados do Senado.

Diante da aceleração dos trabalhos, Cabral anunciou que pretende concluir o parecer até amanhã e, no domingo, fazer a revisão, antecipando-se ao prazo, que expira na segunda-feira à noite. Segundo Cabral, das 1.844 emendas, apenas 700 deverão chegar ao plenário para serem apreciadas — as demais deverão ser prejudicadas ou agrupadas.

"Qualquer que seja o texto, nós temos de cumprí-lo."

O presidente Sarney acha que a Assembléa Nacional Constituinte voltou-se muito mais para o passado e o presente do que para o futuro. Essa e outras opiniões do presidente foram manifestadas numa entrevista que ele concedeu ao jornalista Villas Boas Correa para o programa "Manchete Documento", que foi ao ar ontem, (22h30) pela **Rede Manchete**.

Na entrevista, o presidente fez algumas revelações: a) Ele e os economistas que o assessoravam não tinham a menor idéia das consequências do Plano Cruzado; b) Agora, eles sabem que congelamento não resolve problemas de preços; c) "Nenhum presidente tem sido mais democrata do que eu"; d) Vai entregar ao seu sucessor um País com as finanças em dia, uma "casa arrumada"; e) Se o texto constitucional aprovado em 1º turno for mantido como está, "cria uma faixa muito perigosa de ingovernabilidade".

Ontem, ao comentar a entrevista que fez com o presidente durante 40 minutos e depois de conversar reservadamente com ele por mais de uma hora, Villas Boas Correa definiu o estado de espírito presidencial: "O fundo de sua alma é contraditório. Parece feliz, com uma visão rosa do País, mas extremamente preocupado com a Constituinte".

O mais democrata

O presidente explicou: "Eu acho que qualquer que seja o texto constitucional, nós temos de cumprí-lo. Nenhum presidente tem sido mais democrata do que eu (...). O verdadeiro democrata é aquele que aceita o direito de outras pessoas e que se sente obrigado a cumprir a Constituição, embora achando que

aquele texto não corresponde ao que seria melhor. Eu, como todo brasileiro, tenho o direito de discutir a Constituição".

Sarney acha também que se o texto do projeto for mantido criará "uma faixa muito perigosa de ingovernabilidade, mas acredita que há uma consciência de que esse texto deva ser modificado". "A Constituinte deste ano não teve a oportunidade de fazer uma Constituição como todos nós desejávamos. Ficou muito presa ao presente, os assuntos contingentes e circunstanciais dominaram a Constituinte. De fato, uma minoria tomou conta desses assuntos, fez bandeira desses assuntos e durante todo o tempo prejudicou a discussão com profundidade das grandes linhas nacionais em termos de futuro, o que seria o País, as perspectivas do futuro, qual o Estado que iria servir a uma sociedade que nós desejávamos, de que maneira uma Constituição podia servir a esse tipo de Estado. Isso não foi feito. Ao contrário: o que foi feito foi se discutir o tempo de mandato. Esse foi o tema dominante durante a Constituinte."

A uma pergunta sobre o apoio que o governo federal recebe dos partidos, o presidente aproveitou para afirmar com alguma ironia:

— Isso é uma coisa que tem sido realmente estranha durante meu governo. E que os líderes do governo no Congresso são contra o governo, e (referindo-se ao senador Marco Maciel, do PFL, mas sem citá-lo) os presidentes dos partidos que apóiam o governo ficam contra o governo".

— Ulysses também?

— Não, ao contrário, dr. Ulysses não.